

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Acionistas:

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006 da Société Générale Leasing S.A. Arrendamento Mercantil juntamente com o parecer dos auditores DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 - (Em milhares de reais)

ATIVO	2007	2006	PASSIVO	2007	2006
CIRCULANTE	14.645	13.884	CIRCULANTE	296	347
Disponibilidades	5	14	Outras obrigações	296	347
Aplicações interfinanceiras de liquidez	14.640	13.870	Fiscais e previdenciárias	213	254
Aplicações em depósitos interfinanceiros	14.640	13.870	Diversas	83	93
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7	5	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.356	13.542
Outros créditos	7	5	Capital social	8.399	8.399
Diversos	7	5	Reserva de lucros	150	109
			Lucros acumulados	5.807	5.034
TOTAL DO ATIVO	14.652	13.889	TOTAL DO PASSIVO	14.652	13.889

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 - (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reserva de lucros Legal	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	8.000	399	63	4.152	12.614
Homologação do aumento de capital com reservas	399	(399)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	928	928
Reserva Legal	-	-	46	(46)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	8.399	-	109	5.034	13.542
Lucro líquido do exercício	-	-	-	814	814
Reserva Legal	-	-	41	(41)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	8.399	-	150	5.807	14.356
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007	8.399	-	130	5.435	13.964
Lucro líquido do semestre	-	-	-	392	392
Reserva Legal	-	-	20	(20)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	8.399	-	150	5.807	14.356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 - (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Société Générale Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil tem por objeto social a prática das operações de arrendamento mercantil definidas pela Lei nº. 6.099, de 12 de setembro de 1974. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. A Sociedade, em virtude das orientações mundiais do Grupo Société Générale, está reavaliando sua estratégia de operação e, nesse sentido, decidiu suspender momentaneamente as operações de arrendamento.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas observando-se as normas específicas do Banco Central do Brasil - Bacen, assim como as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 1, não existiam contratos de arrendamento mercantil em aberto em 31 de dezembro de 2007 e de 2006. **b) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São representadas por aplicações no banco controlador, registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **c) Atualização monetária de direitos e obrigações:** Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do exercício / período. **d) Contingências:** Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do Bacen. **e) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 no semestre). A contribuição social apurada sobre o lucro tributável, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 9%.

4. OUTROS CRÉDITOS - OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2007	2006
a) Outros créditos - diversos		
Depósitos Judiciais	7	5
Total longo prazo	7	5
b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias		
Provisão para imposto de renda	126	151
Provisão para contribuição social	81	96
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recolher	5	7
Outros	1	0
Total - curto prazo	213	254
c) Outras obrigações - diversas		
Provisão para pagamentos a efetuar	54	64
Valores a pagar a sociedades ligadas	29	29
Total - curto prazo	83	93

5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2007	2006	2007	2006
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.072	1.245	1.072	1.245
Alíquota vigente	25%		9%	
Expectativa de despesa de imposto de renda e da contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(244)	(311)	(96)	(112)
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças permanentes:				
Despesas não dedutíveis	(2)	(2)	(1)	(1)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais, cujos créditos tributários não foram constituídos:				
Diferenças temporárias	4	(9)	1	(3)
Prejuízos fiscais	80	121	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(162)	(201)	(96)	(116)

Em 31 de Dezembro de 2007, a Leasing possui prejuízos fiscais de R\$33.206 (R\$ 33.527 em 2006) e diferenças temporárias referente à provisão não dedutível de R\$ 21 (R\$ 36 em 2006) no montante total de aproximadamente R\$ 33.227 (R\$ 33.563 em 2006), sobre os quais não foi contabilizado imposto de renda diferido (25%) no montante de R\$ 8.307 (R\$ 8.400 em 2006). Como a realização desses montantes não está razoavelmente assegurada, em virtude de, no momento, existir baixa expectativa de resultado tributável futuro, a Sociedade não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado no momento de sua efetiva realização.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social estava representado por 153.000 ações ordinárias e 153.000 ações preferenciais, sem valor nominal, pertencentes a acionista domiciliado no país. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém terão prioridade no caso de reembolso do capital. Conforme previsto no estatuto da Sociedade, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido. Não foram propostos dividendos, por não haver intenção de sua distribuição.

7. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As transações com o banco controlador decorrem de operações realizadas a taxas e condições usuais de mercado, que apresentam os seguintes saldos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006:

	Banco Société Générale Brasil S.A.	
	2007	2006
Disponibilidades	5	14
Aplicações em depósitos interfinanceiros	14.640	13.870
Outras obrigações - diversas	29	29
Resultado de transações com títulos e valores mobiliários	1.579	1.900
Outras despesas administrativas	353	352

8. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2007	2006
Serviços prestados - ligadas	341	340
Serviços técnicos especializados	35	66
Despesa de publicações	28	67
Despesa de aluguel - ligada	12	12
Serviços prestados - sistema financeiro	3	24
Outras	12	12
Total	431	521

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, a Sociedade não apresentava posições ativas ou passivas, decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

10. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) CPMF - A Emenda Constitucional nº 42/2003 prorrogou o prazo de vigência da CPMF para até 31 de dezembro de 2007. Diante disso, por não ter sido editado qualquer outro dispositivo legal regulando a questão, a contribuição deixou de ser exigida sobre as movimentações financeiras realizadas a partir de janeiro de 2008. **b) IOF** - Em 3 de janeiro de 2008, o Decreto nº 6.339, alterou as alíquotas de IOF de diversas operações financeiras, entre as quais estão incluídas as operações de crédito. **c) Contribuição social** - A Medida Provisória nº 413, publicada em 3 de janeiro de 2008, alterou o art. 3º da Lei nº 7.689/88, determinando o aumento da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) das pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e das instituições financeiras e equiparadas de 9% para 15%. Quando aprovada, da forma que foi editada, o aumento da alíquota da CSLL produzirá efeito a partir de maio de 2008. Em decorrência do aumento da CSLL, o saldo de contribuição social diferida ativa existente em 31 de dezembro de 2007, que será realizado a partir de maio de 2008, será aumentado em aproximadamente R\$ 200 mil, cujo efeito será registrado no resultado do exercício de 2008. **d) Novos procedimentos contábeis para contingências** - Em 31 de Janeiro de 2008, o Conselho Monetário Nacional emitiu a Resolução nº 3.535 que aprimora a regulamentação vigente acerca do registro das provisões, contingências passivas e contingências ativas por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. A resolução torna obrigatória a adoção, de forma substancial, da Norma e Procedimento de Contabilidade nº 22 (NPC 22) editado pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, estendendo sua aplicação às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, que têm até 30 de junho de 2008 para sua adesão.

11. MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA (COM VIGÊNCIA A PARTIR DE JANEIRO DE 2008)

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei no. 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Banco Central do Brasil e demais órgãos reguladores brasileiros, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. As modificações na legislação societária são aplicáveis para todas as companhias constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo companhias de capital aberto, bem como estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Conforme definido na lei, considera-se de grande porte, para os fins exclusivos da referida lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240 milhões e receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões. Adicionalmente, companhias de capital fechado poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários para as companhias abertas. Algumas alterações devem ser aplicadas a partir do início do próximo exercício, enquanto outras dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores. As principais modificações que podem afetar a Corretora podem ser sumariadas como segue:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa. • Possibilidade de manter separadamente a escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na seqüência, os ajustes necessários para adaptação às práticas

A DIRETORIA
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2º semestre		Exercício
	2007	2007	2006
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	767	1.579	1.900
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	767	1.579	1.900
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	767	1.579	1.900
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(255)	(507)	(655)
Outras despesas administrativas	(239)	(431)	(521)
Despesas tributárias	(38)	(91)	(117)
Outras receitas operacionais	22	22	34
Outras despesas operacionais	-	(7)	(51)
RESULTADO OPERACIONAL	512	1.072	1.245
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO	512	1.072	1.245
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(120)	(258)	(317)
Provisão para imposto de renda	(75)	(162)	(201)
Provisão para contribuição social	(45)	(96)	(116)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	392	814	928
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$	1,28	2,66	3,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Em milhares de reais)

	2º semestre		Exercício
	2007	2007	2006
ORIGENS DE RECURSOS	487	814	1.082
Lucro líquido ajustado	392	814	928
Lucro líquido do semestre/exercício	392	814	928
Recursos de terceiros originários de	95	-	154
Aumento dos subgrupos do passivo circulante e exigível a longo prazo	72	-	151
Outras obrigações	72	-	151
Diminuição dos subgrupos do ativo circulante e realizável a longo prazo	23	-	3
Outros créditos	23	-	3
APLICAÇÕES DE RECURSOS	487	823	1.074
Aumento dos subgrupos do ativo circulante e realizável a longo prazo	487	772	1.074
Aplicações interfinanceiras de liquidez	487	770	1.074
Outros créditos	-	2	-
Diminuição dos subgrupos do passivo	-	51	-
Outras obrigações	-	51	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	-	(9)	8
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA			
Disponibilidades:			
No início do semestre/exercício	5	14	6
No fim do semestre/exercício	5	5	14
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	-	(9)	8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

contábeis. • Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, riscos e controle dos bens (exemplo leasing financeiro). • Modificação do conceito para valores registrados no diferido. Somente as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional. • Criação de um novo subgrupo de contas, Ajustes de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros; registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial (até 31 de dezembro de 2007 essa variação cambial era registrada no resultado do exercício); ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas e estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle. • Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo. Em razão dessas alterações terem sido recentemente promulgadas e, algumas ainda dependerem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas, a Administração da Companhia ainda não conseguiu avaliar todos os efeitos que referidas alterações poderiam resultar em suas demonstrações financeiras e nos resultados dos exercícios seguintes.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JEAN-JACQUES PIERRE OGIER - Presidente
FEDERICO ANGEL TUREGANO COSTELLO - Vice-Presidente
FRANÇOIS ALAIN DOSSA - Conselheiro

DIRETORIA

FRANÇOIS ALAIN DOSSA - Diretor Superintendente
PASCAL FRANÇOIS VITANTONIO - Diretor

CONTADOR: NELSON EDGAR LEITE - CRC - 1SP 220262/O-0

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores e Acionistas da
Société Générale Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Société Générale Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, levantados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2007, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Société Générale Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2007, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 24 de janeiro de 2008

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2 SP 011609/O-8
Osmar Aurélio Lujan
Contador
CRC nº. 1 SP 160203/O-1